



**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE**

**GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO**

**INTERVENÇÃO**  
**DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO**  
**KAY RALA XANANA GUSMÃO**  
**POR OCASIÃO DA SESSÃO DE ENCERRAMENTO DA**  
**VIII REUNIÃO DOS MINISTROS DO TRABALHO E**  
**DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA CPLP**

**12 de Fevereiro de 2008**

**Hotel Timor**

Suas Excelências Senhores Membros dos Governos da CPLP  
Suas Excelências Senhores Membros do Corpo Diplomático  
Ilustres representantes da Sociedade Civil  
Senhoras e Senhores,

Quis o destino que esta oitava Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP se iniciasse, precisamente, numa altura em que as instituições democráticas do nosso jovem Estado foram alvo de um grave atentado que visou pessoalmente dois dos principais titulares dos órgãos de soberania.

O próprio Chefe de Estado, que ontem supostamente iria presidir a sessão de abertura deste Encontro foi atingido e a sua vida posta seriamente em perigo. Apesar de estarmos todos consternados e apreensivos com o estado de saúde de Sua Excelência o Presidente da República, estamos convictos que o Dr. José Ramos-Horta ultrapassará esta fase difícil e muito brevemente estará de novo a dirigir os destinos da Nação.

Aqueles que atentaram contra a soberania do Estado, não conseguiram concretizar os seus objectivos e uma vez mais as instituições do nosso País, apesar da pouca experiência temporal, souberam enfrentar com firmeza e determinação mais esta prova a que foram sujeitas.

E é assim, neste sentido, que tenho um orgulho particular em participar no encerramento desta reunião, onde saúdo e agradeço a presença de todos, que vieram partilhar experiências e exercer responsabilidades, numa lógica de cooperação e integração que já faz parte da história da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Acredito que os resultados por nós alcançados durante estes dias de reflexão, permitirão alargar e aprofundar os laços que unem estes oito países

de língua portuguesa espalhados por quatro continentes, que apesar de partilharem uma história comum que moldou as nossas culturas, também são portadores de traços tão distintos, que fazem da CPLP uma comunidade ímpar no mundo.

Foi dado mais um passo no sentido de reunir os instrumentos e meios adequados para materializar projectos que respondam aos desafios do mundo globalizado em matéria de Emprego e Solidariedade Social, duas dimensões indissociáveis para alcançar o desenvolvimento sustentável que todos ambicionamos para os nossos Países e Povos irmãos e muito me orgulho deste passo, ter sido dado aqui em Timor-Leste.

Sem prejuízo das diferenças específicas dos modelos apresentados, o que nos reuniu aqui foi a responsabilidade comum de encontrar diferentes respostas para a gestão das desigualdades. Necessitamos de aprofundar as redes de cooperação entre os nossos países, na busca de soluções que invertam o paradoxo da globalização e que contribuam para a reintegração daqueles que sistematicamente vão ficando à margem.

Temos o dever de enquadrar os mais pobres das nossas sociedades em soluções responsáveis e viáveis de saída da pobreza. Timor-Leste, o oitavo País membro da Comunidade, é aquele que se encontra numa fase mais embrionária na concepção e aperfeiçoamento de programas de protecção social destinados aos cidadãos que vivem em situação de extrema pobreza e aos grupos mais vulneráveis.

O Governo de Timor-Leste está empenhado em implementar já no curto-prazo, políticas dirigidas aos pobres e à criação de apoios sociais aos grupos mais vulneráveis, de onde destaco os idosos, crianças em risco, os deslocados internos, as vítimas de guerra e incapacitados. Temos ainda, enquanto Estado, o dever de recompensar aqueles que ofereceram abnegadamente o seu sacrifício, para que a Independência fosse alcançada e

vamos fazê-lo através do pagamento de pensões aos antigos combatentes da libertação nacional e respectivas famílias.

Não queremos, no entanto, cair no erro de transformar a nossa sociedade numa enorme “caixa de esmolas”, onde pedintes e contribuintes, não param de aumentar, por não ter sido feita uma profunda avaliação conjunta das possíveis soluções para as desigualdades sociais. Cabe ao Estado o dever de intervir na sociedade de modo a garantir a protecção social dos indivíduos mas a par do desenvolvimento de sistemas de protecção social, onde os mais pobres sejam actores, aos olhos dos seus filhos, de estratégias de dignidade para a saída da pobreza, o que passa pelo envolvimento directo das pessoas carenciadas na procura da saída da pobreza, envolvendo-as nas escolhas dos caminhos a fazer em direcção à prosperidade, numa atitude participativa e responsável da vivência em sociedade.

A participação e a contribuição de todos contra a eternização da pobreza são os fundamentos de uma cultura democrática e de uma atitude colectiva de responsabilização pelos destinos das comunidades e pelo desenvolvimento económico e humano dos países.

Queremos, à semelhança dos países mais desenvolvidos, construir uma base sólida de Protecção Social, adequada e ajustável à realidade demográfica, económica e administrativa, jurídica, social e cultural, com uma base legal adequada e mecanismos eficientes, em que se exige responsabilidade mas também se oferece opções aos cidadãos. Para que tal aconteça é fundamental ponderar o factor da sustentabilidade do sistema, pois temos que precaver não só as actuais mas também as futuras gerações.

Suas Excelências Membros dos Governos da CPLP

Senhoras e Senhores,

Enormes são os desafios que enfrentamos! Permitam-me que olhe em redor e que me reconforte em saber que não estamos sozinhos neste grande desígnio. Sei que nas reuniões técnicas que antecederam este dia, já foram apontadas várias soluções e recomendações que os membros do meu Governo, que têm estas pastas tão exigentes, retiraram lições importantes que apontam para a construção do nosso próprio caminho.

Sabemos que a educação e a formação profissional, especialmente dos nossos jovens, é onde nos devemos concentrar para encontrar as políticas sociais mais adequadas para combater a pobreza, agregando sinergias onde obviamente uma política concertada de emprego é fundamental. Mas nada disto será possível sem existir um consenso nacional.

Sofremos na pele a fome durante 24 anos. Se o mundo não assistiu aos genocídio colectivo do nosso povo, foi porque no seu seio existem princípios enraizados de entre-ajuda e solidariedade, que permitiram que o pouco para um fosse migalhas para tantos. Saibamos capitalizar esses sistemas tradicionais de solidariedade a favor da citação de diferentes respostas sociais e de mecanismos de protecção social dos mais vulneráveis.

Importa sublinhar, que infelizmente as nossas estatísticas não são animadoras, 40% da população continua a viver abaixo do limiar da pobreza, num País onde mais de 50% da população tem menos de 15 anos. A perspectiva destes jovens que irão entrar em breve na sua vida activa, ou seja, no mercado de trabalho, encoraja-nos a tomar medidas urgentes de combate ao desemprego.

A esta conjuntura, tem que subsistir o determinismo do desenvolvimento económico, promovendo oportunidades de emprego para que todos os homens e mulheres timorenses tenham um trabalho que os dignifique e para que conheçam o verdadeiro significado de liberdade e equidade.

Sendo assim, o objectivo “emprego” é um objectivo estratégico assumido transversalmente pelo Governo, já que pressupõe uma actuação concertada das políticas macro-económicas, sectoriais, de desenvolvimento regional, da educação e da formação. O crescimento do investimento produtivo, essencialmente privado, nacional e estrangeiro, é a mola real que poderá desbloquear o problema do desemprego.

A formação profissional pode, se convenientemente implementada, contribuir para diminuir o desemprego, pois todos sabemos que paralelamente a um desemprego massivo, existe falta de profissionais em várias áreas importantes para o desenvolvimento do País. E, embora alguns esforços tenham sido desenvolvidos neste domínio, continuam dispersos e não são guiados por uma formação actualizada sobre as necessidades efectivas do mercado, no presente e no futuro.

Este é um dos pontos fortes do programa do Governo. Para além do desenvolvimento de políticas e estratégias de emprego e formação profissional, incluindo o investimento em mão-de-obra qualificada e desenvolvimento do capital humano, não podemos descurar o desenvolvimento de receptores deste produto. Desenvolveremos os sectores de produção, mesmo que numa fase inicial, estes sejam essencialmente suportados pela mobilização de investimento estrangeiro, como parte integrante da estratégia do Governo em acelerar o crescimento económico.

Para que esta estratégia seja bem sucedida, estamos a elaborar estudos com vista à preparação de um Plano de Desenvolvimento Nacional para então desenvolver uma estratégia integrada, com indicadores apropriados de desenvolvimento e avaliação do progresso. Caracterizado o estado da Nação, iremos proceder a uma consulta alargada com os diversos órgãos de soberania e com representantes da sociedade civil, da qual deverá resultar a tomada de decisões políticas determinantes.

Esta estratégia inclui a criação de uma Unidade de Planeamento Estratégico e Investimento, debaixo da coordenação directa do Gabinete do Primeiro-Ministro, que irá desenvolver planos concretos e consertados, de acordo com as principais prioridades para o desenvolvimento sustentável nacional, apostando com prioridade nos sectores com mais potencialidade de sucesso.

Senhoras e senhores,

Este factor de unidade, que nos reúne hoje à volta de temáticas tão importantes que constituem prioridades nas políticas sociais dos nossos países – emprego, formação profissional e protecção social – é mobilizador de esforços e recursos com vista à criação de mecanismos que tornem mais eficazes as acções desenvolvidas em cada um dos nossos Estados.

Que deste encontro surjam novas esperanças de progresso para as sociedades dos Estados de língua portuguesa e que essas esperanças sejam alicerçadas em regras mínimas de responsabilização e participação de todos no desenvolvimento que, desejo, seja cada vez mais redistributivo e equitativo.

Nesta oitava Reunião que Timor-Leste teve o privilégio de acolher, foram tomadas importantes decisões e recomendações que podem vir a ser um ponto de viragem no combate à redução de pobreza, através de uma cooperação mais activa. Queremos que com a Declaração de Díli, hoje assinada, possamos contribuir para de forma ainda mais motivada e coesa enfrentar estes desafios, que partilhamos, de forma a proporcionar o bem-estar, sentido no dia-a-dia, de todos os cidadãos lusófonos que aqui representamos.

Não posso deixar de agradecer ao Secretariado da CPLP e a todos aqueles que contribuíram para o sucesso deste Encontro e se me permitem, gostaria de prestar o meu reconhecimento ao trabalho que tem vindo a ser

desenvolvido pela OIT. Finalmente, aproveito esta oportunidade para agradecer todo o apoio e solidariedade que foi demonstrada pelos Estados membros da CPLP, que sempre contribuíram e apelaram à Comunidade Internacional para prestar a imprescindível assistência humanitária ao nosso povo.

Votos de sucesso a todos nós CPLP, não só neste tema específico que aqui nos reúne mas também em todas as outras áreas nas quais, em conjunto, estamos envolvidos.

Muito obrigado!

Kay Rala Xanana Gusmão

12 de Fevereiro de 2008